



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
Conselho de Recursos Tributários - CRT
1ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº: 213 /2011

018ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE: 29/03/2011

PROCESSO Nº: 1/1063/2009 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200900395-6

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: ITAIPU BARBALHENSE INDÚSTRIA DE CIMENTOS S/A

AUTUANTE: MAIKON TAVEIRA ECCARD

RELATOR: CONSELHEIRO ALFREDO ROGÉRIO GOMES DE BRITO

EMENTA: ICMS/NÃO-INCIDÊNCIA. LOCAÇÃO DE BEM. Autuação decorrente da não apresentação do Contrato de Locação, quando do transporte do bem objeto de locação. 1. Processo Administrativo Tributário julgado improcedente. 2. Decisão em conformidade com o *Parecer da Consultoria Tributária* adotado pelo representante da *douta Procuradoria Geral do Estado*.

RELATÓRIO

O *Auto de Infração* trata acerca do transporte de bem – grupo gerador elétrico no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) que teria sido transportado acobertado por documento fiscal **inidôneo**, por não preencher os *requisitos essenciais de validade e eficácia, contendo declarações inexatas a respeito da operação*, sendo, por este motivo, lavrado o auto e infração.

No procedimento fiscal, o autuante considerou infringidos os arts. 1º, 2º, 16, I, “b”; 21, III e 21, II, “c” do Dec. nº 24.569/97 – RICMS, e a penalidade contida no artigo 123, III, “a” da Lei nº 12.670/96, com alterações dadas pela Lei nº 13.418/2003.

O crédito tributário lançado foi de R\$ 84.000,00 a título de multa.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
Conselho de Recursos Tributários - CRT
1ª Câmara de Julgamento

O documento *Informações Complementares ao Auto de Infração* assinala que o documento – **contrato de locação** –, soube-o, ainda em elaboração, não concluído, pela falta de aposição das respectivas assinaturas.

Em sede de *1ª Instância*, entendeu-se não caracterizada a infração de modo que a julgadora singular decidiu pela *improcedência* da autuação, fazendo de imediata interposição do recurso oficial.

Veio os autos a exame e julgamento da 1ª Câmara do Egrégio Conselho de Recursos Tributários.

A *Consultoria Tributária* sugeriu a manutenção da decisão singular, cujos fundamentos – fáticos e legais –, foram adotados pelo representante da *d. Procuradoria Geral do Estado*.

É o mui breve relatório.

ARGB

VOTO DO RELATOR

Aos do presente processo noticiam a acusação fiscal assinalada no *Auto de Infração* acerca de equipamento (grupo gerador de energia elétrica) no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), acobertado, no transporte, por nota fiscal a que a agente do Fisco considerou *inidônea*, por conter *declaração inexata* em relação à natureza da operação “*Remessa para locação*”, considerando inexistir, no corpo do documento fiscal nenhuma referência ao respectivo contrato de locação.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
Conselho de Recursos Tributários - CRT
1ª Câmara de Julgamento

A teor do art. 131 do Regulamento do ICMS cearense – Dec. nº 24.569/97, considerar-se-á inidôneo o documento que não preencher os seus requisitos fundamentais de validade e eficácia ou que for comprovadamente expedido com dolo, fraude ou simulação, ou ainda, na forma estabelecida exhaustivamente nos incisos referidos no respectivo dispositivo regulamentar.

Com efeito, ocorreu que, o agente fiscal ao realizar o procedimento ou ação fiscal, requisitou a apresentação do contrato de locação, diante do exame da nota fiscal que continha em seu campo destinado à indicação da Natureza da Operação “Remessa p/ Locação” – CFOP 6949.

Acontece que não há, na legislação, determinação no sentido de que o contrato de locação seja apresentado imediatamente/juntamente com a nota fiscal que acoberta o transporte do bem objeto de locação, sendo este o móvel, inclusive, da decisão singular que resolveu pela *improcedência* da autuação.

Apresentado, na impugnação ao lançamento, o contrato com a empresa *Cummins Powerent Comércio e Locação Ltda.*, localizada no Estado de São Paulo, de um grupo gerador de energia elétrica, cuja circulação ocorreu acompanhado da nota fiscal nº 003260, emitida em 06/01/2009, inferindo da não incidência do ICMS (remessa em razão da locação) como assinala o art. 7º, IX do RICMS/SP.

No RICMS/CE (Dec. nº 24.569/97), a previsão consta do art. 4º que dispõe:

Art. 4º O ICMS não incide sobre:

...

VIII – operações resultantes de comodato, locação ou arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário, observado o disposto no art. 662;

Grifo apostado



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
Conselho de Recursos Tributários - CRT
1ª Câmara de Julgamento

Não se vislumbra, ao exame do documento fiscal que motivou à autuação, irregularidade na sua emissão, como assinala a *Consultoria Tributária* do *Contencioso Administrativo Tributário*, e como também entendeu nessa mesma direção o ilustre representante da *Procuradoria Geral do Estado*, Dr. Mateus Viana Neto, quando, em sessão, manuseou os autos, por nova oportunidade, como já o fizera, quando despachara com a *Consultoria Tributária* que lavrou o *Parecer*, de sua aprovação.

Destarte, o Agente Fiscal (autuante) não deveria ter considerado a respectiva nota fiscal inidônea pelo motivo objeto da autuação, emitida em conformidade com o art. 170 do Regulamento ICMS – Dec. nº 24.569/97.

Há contrato de locação cuja cópia veio aos autos, às fls. 44/50, quando da impugnação interposta pelo autuado, este que, a rigor, dera origem à referida operação.

Logo, agiu acertadamente o julgador singular quando da decisão de 1ª Instância, ao consignar a *improcedência*, também confirmada no entendimento exarado no *Parecer* da *Consultoria Tributária*, que fora adotado pelo representante da douta *Procuradoria Geral do Estado*.

Desse modo, a autuação é insubsistente e, como sugere o *Parecer* da *Consultoria Tributária*, adotado pela *Procuradoria Geral do Estado*, manifesto-me em votar pela *improcedência* do auto de infração.

Voto

Por todo o exposto, manifestamo-nos pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento para confirmar a decisão absolutória, exarada em 1ª Instância, nos termos do *Parecer* da *Consultoria Tributária* cujos fundamentos fáticos e legais -, foram adotados pelo representante da d. *Procuradoria Geral do Estado*.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

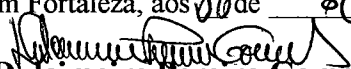
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
Conselho de Recursos Tributários - CRT
1ª Câmara de Julgamento

DECISÃO

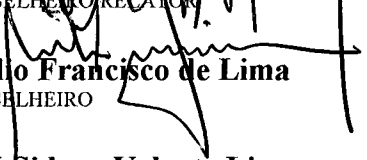
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é Recorrente Célula de Julgamento de 1ª Instância, e Recorrido Itaipu Barbalhense Fábrica de Cimentos S/A.

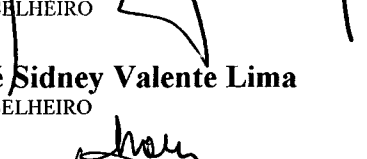
RESOLVE, a 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, conhecer, por **unanimidade** de votos, do recurso oficial, **negar-lhe** provimento, para **confirmar** a decisão **absolutória** recorrida, exarada em 1ª. Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e em conformidade com o *Parecer da Consultoria Tributária*, adotado pelo representante da douta *Procuradoria Geral do Estado*, Dr. Mateus Viana Neto.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 16 de 06 de 2011.


Dulcimeire Pereira Gomes
PRESIDENTE DA CÂMARA


Alfredo Rogério Gomes de Brito
CONSELHEIRO RELATOR


Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


José Sidney Valente Lima
CONSELHEIRO


Ana Maria Martins Timbó Holanda
CONSELHEIRO

PRESENTE:


Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO


Camila Borges Duarte
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA


Jannine Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRA


Cícero Roger Macedo Gonçalves
CONSELHEIRO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO